

A AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DE UM MUNICÍPIO PAULISTA COMO SUBSÍDIOS PARA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI 13.415/2017)

Tatiane Vasconcellos dos Santos, Vanessa de Souza Gomes, Claudia Pereira de Pádua Sabia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Faculdade de Filosofia e Ciência (FFC) – Câmpus Marília/SP, Licenciatura em Pedagogia, tv.santos@unesp.br, vanessa.s.gomes@unesp.br, claudia.sabia@unesp.br, PIBIC Reitoria 2021/2022 PROPE.

Palavras Chave: *Avaliação Educacional. Condições Estruturais. Reforma do Ensino Médio.*

Introdução

A Avaliação para a melhoria da escola pública precisa considerar o contexto em que está inserida, tendo em vista se há condições estruturais adequadas para seu bom funcionamento. A luta por uma escola pública de qualidade continua árdua e cada vez mais difícil pois há várias barreiras que influenciam direta e indiretamente, sendo elas: baixo investimento por aluno; financiamento insuficiente, insatisfatórias condições estruturais e de trabalho docente. Estes aspectos precisam ser considerados pelas políticas vigentes que defendem exclusivamente as avaliações externas que evidenciam apenas o aspecto do desenvolvimento cognitivo dos alunos de uma forma restritiva.

Objetivo

Identificar as condições estruturais apresentadas nas escolas públicas de Ensino Médio no município de Marília para a implementação da Reforma de Ensino Médio (13.415/2017).

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa. A metodologia utilizada foi as pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e seleção dos repositórios (SciELO) e (BDTD). A pesquisa documental utilizou dados disponíveis no Painel Educacional Municipal de Marília (2019) e na Sinopse Estatística da Educação Básica (2021) do INEP.

Resultados e Discussão

De acordo com a Sinopse Estatística (2021)², o total de matrículas nesta etapa da Educação Básica no município estudado no ano de 2021 é de 8.347. Sendo 5.939 matrículas, em escolas públicas e 2.408 em escolas privadas, ou seja, 59,45% das matrículas são oferecidas pelo setor público e 40,55% pelo setor privado. Em relação a infraestrutura verificamos que todas as 18 escolas que oferecem o Ensino Médio neste município são classificadas como portadoras

apenas de infraestrutura básica para o seu funcionamento. Segundo Soares et al. (2013)³ a escala de infraestrutura é organizada em quatro níveis: elementar, básica, adequada e avançada. Conforme dados da Sinopse Estatística (2021)², o número de docentes do Ensino Médio da rede pública estadual no município é 978. Deste total, 53% possuem contrato temporário, 41% concursado, efetivo ou estável, e 6% ato CLT. Em relação à formação destes professores, 70,14% possuem licenciatura, 15,64% especialização, 7,87% mestrado, 1,53% doutorado e 4,82% não informaram. Os dados também indicam que mais de 75% dos docentes possuem entre 50 a 400 ou mais de alunos, atuando em mais de uma instituição, turno e etapa. A permanência de 72% dos professores em cada escola é de 2 anos apenas, comprometendo o desenvolvimento da relação professor-aluno. Conforme Araújo (2017, p.93)¹, “chagados pelos desafios cotidianos de infraestrutura, formação ineficiente ou inexistente, baixos salários, pouca atratividade da carreira, sobrecarga de trabalho, o professor de Ensino Médio se sente desprestigiado”.

Conclusão

Consideramos que alterar a organização curricular como a Reforma do Ensino Médio propõe sem a disponibilização das condições objetivas de trabalho (infraestrutura e condições de trabalho docente) não é suficiente para o avanço da qualidade deste nível de ensino, ao mesmo tempo em que não oportuniza uma formação humana e emancipatória aos jovens.

Referências

¹ Araújo, L. A. As nossas estórias se encontraram: experiências de docentes do ensino médio: um estudo de caso. UFMG Faculdade de Educação, 2017.

² BRASIL. INEP. Sinopse Estatística. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas>. Acesso em 15 fev. 2022.

³ Soares N. J. J.; Jesus, G. R. et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, 2013.